

CAMINHOS POSSÍVEIS ENTRE LABIRINTOS E PONTES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A ATUAÇÃO DO (A) PEDAGOGO (A) EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Deyze da Silva Ferreira; Lanúbia Karlla Oliveira Vale de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - deyze.silfer@gmail.com

Resumo: Tradicionalmente, a escola é o principal espaço de trabalho do (a) pedagogo (a), pois ainda é disseminado um entendimento do processo educativo como uma prática institucional pertencente, prioritariamente, ao espaço escolar. Porém, entendendo a atividade pedagógica como uma prática social muito mais ampla e permeada pelos mais diversos atravessamentos, faz-se necessário considerar a pluralidade social e a transversalidade das áreas do conhecimento para compreender as atuais demandas exigidas ao (à) profissional da Pedagogia para além da escola, nos diversos espaços promotores de aprendizagem. Por esse motivo, este artigo tem como objetivo discutir o trabalho do (a) pedagogo (a) em espaços não escolares a partir da análise de um estudo de caso. O trabalho configura-se como uma pesquisa de cunho exploratório e abordagem qualitativa, que contou com a realização de uma entrevista semiestruturada com uma pedagoga que atua no campo das políticas sociais, mais especificamente, no acompanhamento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da cidade do Natal-RN. A partir dos dados obtidos, foram elencadas as categorias de análise posteriormente discutidas à luz da Pedagogia Social Crítica. Com a investigação notou-se o quanto ainda é prevalente a crença de que o único (ou pelo menos o principal) local de trabalho do (a) pedagogo (a) é a escola (em sala de aula ou coordenação pedagógica) e isso se dá também em decorrência da incipiente discussão a respeito das intervenções pedagógicas realizadas em outras instâncias, que não a escolar. Faz-se, portanto, necessário fomentar tais discussões a fim de contribuir na construção de formações mais abrangentes e que garantam ao (à) graduando (a) em Pedagogia uma reflexão crítica quanto aos diversos campos de atuação e as práxis pedagógicas possíveis nos mais diferentes contextos.

Palavras-chave: Trabalho do (a) Pedagogo (a), Espaços não escolares, Políticas Sociais, Assistência Social, Medidas Socioeducativas.

Pé ante pé: Introdução às questões que nortearam a caminhada

Tradicionalmente, a escola é o espaço oficial de trabalho do (a) pedagogo (a), pois ainda é disseminado um entendimento do processo educativo como sendo uma prática institucional pertencente ao espaço escolar (NASCIMENTO et al, 2010). Em decorrência dessa conjuntura, a construção e disseminação sobre o trabalho do (a) pedagogo (a) fora da escola ainda é incipiente, ainda mais em contextos específicos como é o caso do trabalho no campo das políticas públicas e das medidas socioeducativas. Mas, a partir da inserção desse (a) profissional nos mais diferentes espaços (empresas, equipamentos culturais, terceiro setor, hospitais, políticas sociais, etc.), contribuindo para práticas educativas com diversos objetivos que vão além da escolarização formal, é possível identificar e tornar públicas as novas formas de ser e fazer do (a) pedagogo (a).

Este artigo é fruto de uma atividade cuja abordagem interdisciplinar envolveu diferentes professores e componentes curriculares do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e tem por objetivo discutir a atuação do profissional da Pedagogia em espaços não-escolares a partir de um estudo de caso. Nessa perspectiva, o trabalho foi construído a partir de uma pesquisa de campo, que possibilitou o diálogo entre graduandas e uma profissional da Pedagogia que trabalha em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) na cidade do Natal-RN, realizando o acompanhamento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Esse, portanto, é um contexto que muito se distancia do trabalho prescrito e típico atribuído ao (à) pedagogo (a).

Para a contextualização do campo faz-se necessário identificar a instituição escolhida dentro desse panorama social mais amplo. Baseado na definição da Lei Nº 12.435/2011, tem-se que o CREAS é:

A unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial (BRASIL, 2011).

Enquanto unidade pública e estatal de referência territorial para indivíduos e grupos em situação de risco por violação de direitos, o CREAS tem como importante estratégia de atuação a articulação com a rede de atendimento socioassistencial, em consonância com o conjunto de leis e normativas que fundamentam e definem a Política Nacional de

Assistência Social (PNAS) e regulam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desse modo, as orientações técnicas sobre o CREAS (BRASIL, 2011a) preconiza que tal serviço deve se configurar como um espaço de acolhida e escuta qualificada de seus usuários, objetivando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Desse modo, os profissionais que ali atuam, inclusive o(a) pedagogo(a), devem voltar seus conhecimentos específicos e sua prática para esses objetivos institucionais apreçados pela legislação.

A cidade do Natal-RN possui cinco CREAS, sendo quatro deles nas quatro regiões administrativas da cidade (Norte, Sul, Leste e Oeste) e um deles o Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População em Situação de Rua (CREAS Pop), todos vinculados ao Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS). Dessa forma, os profissionais estão vinculados à Prefeitura Municipal, seja por meio de concurso público ou por contratos por tempo determinado. Dentro do serviço existem diferentes equipes com diferentes objetivos, a saber: a equipe do *Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos* (PAEFI), a equipe das *Medidas Socioeducativas* - MSE e a equipe da *Abordagem Social*.

A profissional entrevistada compõe junto a profissionais de diversas áreas a equipe MSE. T.C.S. tem 27 anos, possui graduação em Geografia - Licenciatura pela Universidade Estadual de Pernambuco (UEPE) e graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), essa última concluída em 2016. Foi aprovada no último concurso da SEMTAS e tomou posse em agosto de 2016, assumindo desde então o cargo de Educadora Social da equipe MSE de um dos CREAS da cidade, tendo como principal atribuição ser a profissional de referência no acompanhamento de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

O presente artigo pretende estabelecer um diálogo entre as inquietações de pedagogos (as) em formação, os dados pesquisados e as informações construídas no trabalho de campo, por meio de observação e da realização de entrevista semiestruturada com T.C.S., em que foi possível apreender as vicissitudes da práxis pedagógica no campo das políticas públicas de Assistência Social, mais especificamente no acompanhamento dos usuários em cumprimento de medidas socioeducativas. Não há aqui o interesse em indicar um caminho único, mas sim em apontar possibilidades de travessias e propor reflexões sobre o caminhar, o processo de construção do ser e fazer do(a) pedagogo(a) para além dos muros da escola.

O caminho se faz caminhando passo a passo: delineamento metodológico

Esse trabalho é o resultado de uma pesquisa de campo sobre a atuação do(a) pedagogo(a) em contextos não escolares. A partir de uma revisão bibliográfica, observou-se a incipiência na produção científica que verse sobre a intersectorialidade *Educação e Assistência Social*, assim como, sobre o trabalho do(a) pedagogo(a) nessa seara. Vislumbrando uma interessante discussão sobre essa instância de trabalho, foram construídas as questões gerais que nortearam inicialmente esta pesquisa de cunho exploratório: *Existe o espaço para o trabalho do(a) pedagogo(a) nas políticas públicas de Assistência Social? Que tipo de intervenção ele(a) desenvolve? Sua formação contemplou as questões com as quais se depara em seu ambiente de trabalho?*

A instituição escolhida para a realização da pesquisa foi um CREAS da capital norte riograndense, Natal-RN, que conta com cinco pedagogas em suas diferentes equipes, entre elas a profissional entrevistada: T.C.S., pedagoga que trabalha como educadora social no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. O contato inicial foi realizado via telefone com a própria entrevistada para apresentação inicial da proposta, agendamento da visita e da entrevista e explicação das etapas posteriores. Desde o contato prévio com a entrevistada foram acordados os devidos cuidados éticos de pesquisa com seres humanos. A partir da anuência verbal da pedagoga em participar da pesquisa protocolou-se tal aceite com a entrega de uma *Carta de apresentação* cuja destinatária era a Coordenadora do CREAS, para a devida autorização do serviço para a realização da atividade, sob as condições de não haver qualquer identificação do serviço, seja por nome, endereço ou pela identificação da profissional entrevistada; além de um *Termo de consentimento livre e esclarecido* e um *Termo de autorização para gravação de áudio* destinados a T.C.S.. Entendendo a especificidade das demandas trabalhadas e em prol da preservação do sigilo necessário ao trabalho desenvolvido, a localização distrital do serviço não será identificada e utilizar-se-ão apenas as primeiras letras do nome da profissional.

Utilizou-se a técnica de entrevista para construção dos dados, além da observação do campo e dos sujeitos ali presentes (devidamente registrada em diários de campo). A entrevista foi gravada em um aparelho *Smartphone* e transcrita na íntegra. A transcrição passou pelo crivo da profissional que ratificou sua autorização para uso das informações ali contidas em produções com fins acadêmicos. Posteriormente, foram elencadas as categorias de análise, discutidas à luz da Pedagogia Social Crítica, a saber: *As demandas sociais e as*

possibilidades de atuação do(a) pedagogo(a); A intersetorialidade Educação e Assistência Social; Desafios e potencialidades do trabalho do(a) pedagogo(a) nas medidas socioeducativas; Formação do(a) pedagogo(a) para atuação nos mais diversos contextos.

A Pedagogia Social Crítica foi o aporte teórico escolhido para dar subsídio a esse trabalho pelo seu caráter teórico-prático essencial, que dialoga tanto com o processo de construção desta pesquisa, enquanto elemento fundamental para a reflexão das autoras sobre o campo e suas vicissitudes, quanto com a atuação da pedagoga T.C.S., que enxerga em sua prática pedagógica a potencialidade necessária ao processo de transformação social. Como muito bem coloca Caliman (2010) que “A Pedagogia Social é uma ciência aplicada, prática. [...] Ela deve ter como fonte as práticas pedagógicas que se transformam em teorias e iluminam ou reverterem em práticas transformadoras da realidade”. Outra importante etapa do processo de construção deste trabalho foi o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental vislumbrando conhecer a legislação e a produção acadêmica sobre a temática.

Labirintos: A multiplicidade das demandas sociais e as possibilidades para atuação do(a) Pedagogo(a)

O Brasil é um país com dimensões territoriais continentais, com uma grande diversidade étnica e cultural, além de alarmantes índices de desigualdade social. Essa desigualdade está diretamente relacionada aos engendramentos próprios do desenvolvimento da sociedade capitalista, onde a produção de riqueza está sempre acompanhada à produção de pobreza (SANTOS, 2012), pobreza essa que se configura como uma das manifestações da chamada “*questão social*”, resultante da contradição existente entre capital e trabalho.

O combate às manifestações da questão social (a fome, o analfabetismo, o desemprego, a violência, questões de saúde, etc.) se dá de forma fragmentada e parcializada através das políticas sociais, entre elas a de Educação e a de Assistência Social, que atuam em prol da garantia de direitos ao mesmo tempo que corroboram a lógica que mantém o modo de produção e reprodução da vida social no capitalismo em funcionamento, atuando contraditoriamente, amenizando os conflitos existentes na sociedade, ao mesmo tempo em que os conservam até o limite da manutenção da ordem social. (YAMAMOTO, 2003; NASCIMENTO, 2015). Para Mézaros (2005), faz-se necessário romper com as condições forjadas pelo sistema capitalista e essa tarefa exige uma intervenção consciente em todos os domínios e níveis da

nossa existência individual e social, inclusive no que diz respeito aos processos educativos.

O (a) profissional da Pedagogia tem um papel importante nessa tarefa, pois sua prática voltada a tais processos deve objetivar a formação integral dos sujeitos possibilitando a superação da condição de alienação e vulnerabilidade, sendo, portanto, sua atuação bastante relevante na busca pela superação das relações sociais desiguais. Dessa forma, tal profissional deve ser visto (a) como profissional da Educação e não da escola (PIROZZI, 2014), podendo atuar para além dos muros dessa instituição. Pois, como afirma Caliman (2010, p.343), “a escola é indispensável, mas não suficiente, isto é, não se pode jogar sobre seus ombros toda a luta contra a exclusão social”. Para Libâneo (2005), o (a) profissional da pedagogia é aquele(a) que atua nas mais variadas instâncias da prática educativa, entendendo essa prática como uma ação mais ampla que somente a organização dos processos de aprendizagem com fins de escolarização. Por isso o autor ressalta que:

[...] a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. (LIBÂNEO 2005, p. 22).

Giroux (1993,2002 apud FISHMAN E SALES, 2010) considera que os (as) pedagogos (as) precisam engajar-se efetivamente no debate e na investigação das práxis educativas em todas as suas instâncias, a fim de possibilitar a construção de atitudes críticas-reflexivas em relação às suas próprias práticas e à prática de outros. Segundo Nascimento et al (2010), a restrição da prática pedagógica ao âmbito escolar por muito tempo reduziu a atuação do(a) pedagogo(a) à docência, porém, com o advento da revolução tecnológica surgiu a necessidade de repensar o trabalho, entrelaçando as mais variadas instâncias e atividades sociais, com vistas à incorporação de novos conhecimentos para atender as demandas emergentes na formação do sujeito-trabalhador nesse novo contexto:

Surge daí a necessidade de um mediador que fosse capaz de formar esses profissionais, relacionando a teoria com a prática. Esse mediador teria que saber lidar com a prática de ensino, sem deixar de lado seu caráter humano, sua preocupação com o sujeito. E esse profissional não podia ser ninguém mais que o pedagogo. (NASCIMENTO ET AL, 2010, p. 62)

Preconizando uma formação generalista, cujo profissional egresso seja capaz de refletir criticamente sobre sua prática buscando embasamento no vasto arcabouço teórico disponível no currículo-base do curso de graduação em Pedagogia, há, segundo a profissional entrevistada, a necessidade de diálogo com espaços externos às quatro paredes das salas de aula da academia universitária. T.C.S. se refere à importância das ações e projetos de pesquisa e extensão, além da aproximação a coletivos e movimentos sociais, para sua formação profissional, enquanto ferramentas e estratégias de ampliação de seu arcabouço técnico e humano, evidenciando que a formação acadêmica deve estar aliada à construção de metodologias e práticas junto às demandas sociais no lócus de surgimento.

Travessia pela ponte: a intersectorialidade, diálogo no campo de públicas com ênfase na relação Educação e Assistência Social

O trabalho do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares evidencia a necessidade de ampliação do arcabouço epistemológico e metodológico do profissional egresso da academia. Como diz Nascimento et al (2010), a formação do(a) pedagogo(a) está diretamente ligada às transformações sociais contemporâneas e deve focar aspectos como “o desenvolvimento humano, o trabalho em equipe, o aprofundamento teórico, [...]os processos de aprendizagem, as estratégias de ensino, dentre outros requisitos [...]” (NASCIMENTO et al, 2010, p.62).

Segundo a pedagoga entrevistada, há a premente necessidade de articulação entre os conhecimentos acadêmicos presentes nos currículos dos cursos de graduação em Pedagogia e as demandas presentes no campo das políticas públicas, que atualmente são porta de entrada para tais profissionais no mercado de trabalho, em decorrência da grande atuação do governo na intenção de amenizar os fossos sociais presentes na sociedade brasileira. Áreas como a Saúde e a Assistência Social vêm se configurando com campos abertos à absorção dos(as) pedagogos(as) em seus quadros técnicos entendendo a premissa de articulação entre diferentes áreas do conhecimento, e de seus profissionais, para abarcar a complexidade das demandas sociais presentes em nosso cotidiano. Sobre isso T.C.S. fala:

O curso ele é formado, ele é feito, ele é direcionado pra formação de professores. Então, a gente não discute a Assistência. A gente não dialoga com a saúde. Nada disso, assim... É bem focado pra formação de professores e o tempo todinho é dito isso pra gente, né? (Trecho da entrevista com a pedagoga T.C.S.)

Freire (1987) preconiza a articulação de conhecimentos a partir do concreto, da realidade vivida, estabelecendo-se, assim, um diálogo contínuo da teoria com a prática educativa. Então, com base no relato de T.C.S., o trabalho pedagógico está além da organização e sistematização de saberes, metodologias, programas e projetos de ensino. A atuação da pedagoga traz uma perspectiva de educação ampliada e irrestritamente entrelaçada à vida dos sujeitos. Nessa perspectiva, o(a) profissional da pedagogia deve estar a par das políticas socioassistenciais, dos direitos dos usuários, além de forjar estratégias para articulação da rede de serviços para viabilizar as condições mínimas para o cumprimento da medida socioeducativa. Não há dissociação entre teoria e prática, há um embasamento teórico-metodológico, mas há sobretudo, uma visão de mundo, de homem e das relações humanas que permeiam a prática.

Nesse sentido há a necessidade de construção de uma discussão no campo político em que o(a) profissional da pedagogia se posicione e exerça os tensionamentos necessários para a garantia dos direitos básicos a todos os usuários e a efetivação de políticas e programas, seja em prol da escolarização formal ou da socioeducação (em meio aberto, na semi liberdade ou com restrição total dela), como previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). A atuação profissional deve ser voltada, inclusive, para o esclarecimento dos usuários quanto aos seus direitos e ao papel do Estado e de seus dispositivos nas mais diferentes instâncias. Dessa forma, há uma preocupação em articular um atendimento socioassistencial às demais esferas da vida do usuário, identificando quais aspectos devem ser considerados como prioridade. T.C.S. ressalta a importância da escolarização formal na vida desses adolescentes e jovens:

[...] a gente tem um perfil de adolescentes com escolaridade bem baixa. Geralmente, a maioria dos nossos adolescentes eles não tem nem o ensino fundamental completo. Tem uns casos exceções que o menino consegue chegar ao nível superior. A gente tem uns adolescentes, que cumpriram medida aqui, que já cursavam nível superior, mas poucos. A maioria nem fundamental completo tem. (Trecho da entrevista com a pedagoga T.C.S.)

Percurso sem atalhos: o fazer pedagógico no acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto

A atuação em equipe interdisciplinar é imprescindível para o bom andamento do trabalho no serviço socioassistencial. Um olhar ampliado para o usuário e suas

demandas favorece o vínculo e desencadeamento do processo de atendimento, proporcionando uma evolução bem-sucedida do caso. Dentre as principais responsabilidades e atividades que a profissional tem em seu cotidiano de trabalho estão:

- Atendimento Interdisciplinar (junto à psicóloga e assistente social que compõe a equipe), pode ser presencial (no próprio CREAS) ou por telefone (em que são dadas orientações para resolução de questões do adolescente e de sua família);
- Visitas domiciliares para acompanhamento do adolescente e de sua família;
- Construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) junto com o adolescente, estabelecendo as metas para o período de cumprimento da medida socioeducativa e para o período pós-cumprimento;
- Acompanhamento da situação escolar do adolescente buscando reinseri-lo na educação formal, caso seja seu desejo;
- Mediação entre o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa e as instituições que têm possibilidade de recebê-lo para prestação de serviço à comunidade;
- Interlocução com a justiça através do acompanhamento dos processos e envio de relatórios solicitados;
- Elaboração e implementação de projetos internos (oficinas, programas de desenvolvimento, grupos para trabalhar temáticas específicas, etc.) para atendimento das demandas dos usuários do CREAS, em articulação com as demais equipes que compõem o serviço.

Percebe-se quantas atribuições importantes são prescritas à pedagoga nesse contexto e como elas demandam da profissional um conhecimento para além de sua formação. Os cursos de graduação em Pedagogia precisam incentivar seus acadêmicos, enquanto profissionais em formação, em prol da compreensão e do conhecimento de um arcabouço teórico-prático sobre os diversos contextos de atuação do(a) pedagogo(a), refletindo sobre o compromisso social com um fazer pedagógico que ultrapassa os contextos escolares (FELDEN et al, 2013).

Um aspecto relevante do trabalho realizado pela pedagoga é o caráter mediador que sua atuação assume. A mediação, como aponta Vygotsky (1984), é o processo que permite que o sujeito se aproprie do mundo e de seus elementos, os modifique ao mesmo tempo que é modificado a partir dessa apropriação sociocultural, através da linguagem e dos demais elementos de mediação. Entende-se, então, o desenvolvimento humano como

um processo global decorrente da interação do sujeito com a cultura. A atuação de T.C.S. no acompanhamento dos adolescentes e jovens em cumprimento da medida socioeducativa possibilita a eles a construção de novas perspectivas de vida a partir da garantia de direitos básicos, da reflexão e responsabilização sobre o ato infracional cometido e sobre a ampliação do leque de possibilidades de ser e estar no mundo, de cada um dos usuários.

Nas curvas da infinita “highway” concluímos que a estrada vai além do que se vê

Tendo como principal foco o trabalho do(a) pedagogo(a) em contextos não escolares, a partir da elaboração de uma atividade interdisciplinar com base na visita à uma instituição e na entrevista a uma profissional, foi possível estabelecer a relação entre a formação acadêmica preconizada pelo currículo atual do curso de Pedagogia e a atuação profissional em situações/locais externos à escola, mostrando assim, que a figura do(a) pedagogo(a) em contextos não escolares é ainda pouco conhecida e difundida.

O(a) pedagogo(a) ainda é visto como aquele(a) profissional formado(a) para atuar na escola, principal na educação infantil, no ensino fundamental ou na coordenação pedagógica. Observando o trabalho de T.C.S. e ouvindo seu relato foi possível compreender o que diz Nascimento (2010, p.33) que “a essência da área social é trabalhar a libertação, o protagonismo do indivíduo, com intuito de superar as condições de desigualdades sociais, permitindo que este indivíduo excluído socialmente, possa ser incluído e ter uma vida digna”.

Neste sentido, Freire (2006) aponta que a educação deve ser usada como um instrumento de transformação do mundo, a partir de um processo contínuo e sucessivo de humanização, que leva ao desenvolvimento de um espírito crítico o qual não deve ser deixado de lado ou até mesmo esquecido após essas transformações para que sejam evitadas novas relações de opressões. Enxerga-se a necessidade de se debruçar sobre tais questões, buscando a compreensão das relações entre *Educação* (formação) e (mercado de) *Trabalho*, além da promoção de uma metarreflexão sobre a formação e as possibilidades de atuação do(a) profissional da Pedagogia, dentro e fora dos espaços escolares formais, em prol da construção de práticas pedagógicas emancipadoras.

Dessa forma, o contexto educacional não deve se limitar ao espaço escolar, e sim ser ampliado para o diálogo com outras instâncias em que o(a)

pedagogo(a) possa contribuir sobremaneira. Buscou-se apresentar nesse artigo o contexto de atuação do profissional da educação dentro da Assistência Social, mais especificamente no CREAS, onde há necessariamente a interlocução com outros saberes e profissionais de diversas áreas. Nesse contexto, foi possível perceber a importância da atuação interdisciplinar em prol da emancipação dos sujeitos em situação de risco/vulnerabilidade social e o desenvolvimento de suas condutas como um ser social dotado de direitos e em vias de efetivação de sua cidadania.

Faz-se, portanto, necessário fomentar tais discussões no meio acadêmico a fim de contribuir na construção de formações mais abrangentes e que garantam ao(à) graduando(a) em Pedagogia uma reflexão crítica quanto aos diversos campos de atuação e as práxis pedagógicas possíveis nos mais diferentes contextos. A estrada é longa e há muito chão pela frente nessa busca por construir diferentes modos de ser e fazer do(a) pedagogo(a). Sigamos!

Referências

- ALMEIDA, A. L.; FILHO, R. E. (2016). **Educação, Ideologia e práxis**. In: Oliveira, I. F., Paiva, I. L., Costa, A. L. F., Lima, F. C. & Amorim, K., *Marx hoje: pesquisa e transformação social*. São Paulo: Outras Expressões.
- BRASIL. (2011). Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a **organização da Assistência Social**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 06 jul. 2011.
- _____. (2011a). **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.
- CALIMAN, G. (2010) **Pedagogia Social**: seu potencial crítico e transformador. Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010 - p. 341-368.
- FELDEN, E. L.; LIMA, G.; KRAMER, G. D.; WEYH, L. F. (2013) **O pedagogo no contexto contemporâneo: desafios e responsabilidades**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI. Vol. 9, N.17: p. 68-82, Outubro/2013. ISSN 1809-1636.
- FISCHMAN, G. E.; SALES, S. R. (2010) **Formação de professores e pedagogias críticas**. É possível ir além das narrativas redentoras? Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. 2010.

- FREIRE, P. (1987). **Pedagogia do oprimido**, 17^a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1992) **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido** – Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LIBÂNEO, J. C. (2005) **Pedagogia e pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 2005. 200p. (8. ed.)
- MÉSZÁROS, I. (2005) **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005. 128 p.
- NASCIMENTO, A. S.; FERNANDES, F. T.; FERREIRA, M. J.; PAIVA, R. A.; de LISBOA, R. R.; MACIEL, R. R.; MUNERON, S. L. (2010) **A atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares: desafios e possibilidades**. *Pedagogia em Ação*, v. 2, n. 1, p. 1-103, fev./jun. 2010 - Semestral.
- NASCIMENTO, M. N. C. (2015). **As ações das equipes volantes dos centros de referência de assistência social no Rio Grande do Norte** (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal).
- NATAL. (2015) DECRETO N.º 10.685 DE 06 DE MAIO DE 2015. **Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Município do Natal**, e dá outras providências. Natal, 06/mai/2015.
- PENTEADO, T. C. Z.; GUZZO, R. S. L. (2010). **Educação e Psicologia: A construção de um projeto político-pedagógico emancipador**. Em Larceda Jr., F. & Guzzo, R. S. L. (Org.), *Psicologia & Sociedade: Interfaces no debate sobre a questão social* (p.257-277). Campinas, SP: Editora Alínea.
- PIROZZI, G. P. (2014). **Pedagogia em espaços não escolares: Qual é o papel do(a) pedagogo(a)?**. *Revista Educare, CEUNSP*, N°2, vol 1, 2014.
- SANTOS, J. S. (2012). **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez.
- VYGOTSKY, L. S. (2000). **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1984).
- YAMAMOTO, O. H. (2003). **Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia**. Em A. M. Bock (Org.), *Psicologia e Compromisso Social* (pp. 37-54). São Paulo: Cortez.